

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com o relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 16 de março de 2017. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO	2016		2015		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	2016	2015	2016	2015	
Circulante	2.486.517	2.256.146	1.711.684	1.348.626	Circulante
Disponibilidades	39.081	46.659	341.716	115.807	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	118.305	145.200	341.716	115.807	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	118.305	145.200	5.922	3.887	Recursos de aceites e emissão de títulos
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	205.246	113.969	5.922	3.887	Recursos de aceites cambiais
Carteira própria	205.246	113.969	1.364.046	1.228.932	Outras obrigações
Operações de crédito	790.617	856.246	-	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	1.228.702	1.390.897	1.044	271	Sociais e estatutárias (Nota 14)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c) e 8)	(438.085)	(534.651)	29.652	46.066	Fiscais e previdenciárias (Nota 12)
Outros créditos	1.333.268	1.094.066	133.066	171.914	Diversas (Nota 13)
Títulos e créditos a receber (Notas 7 (a) e 9)	1.062.194	823.764	1.200.284	1.010.681	
Diversos (Nota 9)	280.190	277.000			
Provisão para perdas	(1.370)	(1.367)			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Notas 7 (c), 8 e 9)	(7.746)	(5.331)			
Outros valores e bens	-	6			
Bens não de uso próprio	-	6			
Realizável a longo prazo	166.023	159.324	380.316	519.668	Exigível a longo prazo
Operações de crédito	6.189	13.289	-	-	Depósitos
Operações de crédito - setor privado (Nota 7 (a))	6.252	13.423	-	-	Depósitos interfinanceiros (Nota 11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c) e 8)	(63)	(134)	-	-	Outras obrigações
Outros créditos	159.834	146.035	380.316	349.243	Fiscais e previdenciárias (Nota 12)
Diversos (Nota 9)	159.834	146.035			
Permanente	29.422	7.764			
Investimentos	1.510	1.516			
Participações em controlada / ligada (Nota 10 (a))	-	6			
Outros	1.510	1.510			
Imobilizado de uso (Nota 10 (b))	5.936	-			
Imobilizações em curso	5.465	-			
Instalações, móveis e equipamentos em uso	424	-			
Outros	47	-			
Intangível	21.976	6.248			
Gastos com aquisição e desenvolvimento (Nota 10 (c))	23.443	6.248			
(-) Amortização acumulada	(1.467)	-			
Total do ativo	2.681.962	2.423.234	2.681.962	2.423.234	Total do passivo e do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias		
Em 31 de dezembro de 2014	298.000	59.600	214.142	-	571.742
Complemento de dividendos – R\$ 0,32 por ação conforme AGO/E de 30 de abril de 2015 (Nota 14 (a))	-	-	(95.000)	-	(95.000)
Complemento de dividendos – R\$ 0,20 por ação conforme AGE de 23 de junho de 2015 (Nota 14 (b))	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	184.264	184.264
Destinação:					
Dividendos provisionados – R\$ 0,15 por ação	-	-	-	(46.066)	(46.066)
Reserva estatutária (Nota 14 (a))	-	-	138.198	(138.198)	-
Em 31 de dezembro de 2015	298.000	59.600	197.340	-	554.940
Complemento de dividendos – R\$ 0,18 por ação conforme AGO de 30 de abril de 2016 (Nota 14 (c))	-	-	(53.934)	-	(53.934)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	118.608	118.608
Destinação:					
Dividendos provisionados – R\$ 0,10 por ação	-	-	-	(29.652)	(29.652)
Reserva estatutária (Nota 14 (c))	-	-	88.956	(88.956)	-
Em 31 de dezembro de 2016	298.000	59.600	232.362	-	589.962
Em 30 de junho de 2016	298.000	59.600	143.400	53.128	554.134
Lucro líquido do semestre	-	-	-	47.771	47.771
Destinação:					
Dividendos propostos – R\$ 0,04 por ação	-	-	-	(11.943)	(11.943)
Reserva estatutária (Nota 14 (c))	-	-	88.956	(88.956)	-
Em 31 de dezembro de 2016	298.000	59.600	232.362	-	589.962

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora") é controlada por Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Controladora") e suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Controladora. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Pernambucanas. A estrutura operacional utilizada pela Financiadora pertence à sua Controladora e os custos são absorvidos segundo, a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 27 de março de 2017.

3. Principais práticas contábeis

(a) **Auração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

(b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(c) **Títulos e valores mobiliários**
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação".

Os títulos classificados para negociação são apresentados no ativo circulante e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(d) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado nas Notas 7 (c) e 8.

(e) **Investimentos**
Os investimentos em controlada e empresa ligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(f) **Imobilizado**
São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (k). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

(g) **Intangível**
As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software;
- Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(h) **Imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro.

A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e a alíquota de 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 sobre o lucro líquido ajustado, conforme Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, que foi convertida na Lei nº 13.169/15 em 6 de outubro de 2015.

É constituído crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

(i) **Captações em depósitos interfinanceiros** - As captações em depósitos interfinanceiros são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(k) **Provisão para recuperação de ativos - (impairment)**
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

(l) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalente de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(m) **Outros ativos e outros passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

Prazo	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	1.079.084	60,89	109.305	20,83
De 31 a 60 dias	159.124	8,98	46.614	8,88
De 61 a 90 dias	117.344	6,62	17.281	3,29
De 91 a 180 dias	246.744	13,92	127.520	24,30
De 181 a 365 dias	163.793	9,24	224.087	42,70
Acima de 365 dias	6.252	0,35	-	-
	<u>1.772.341</u>	<u>100,00</u>	<u>524.807</u>	<u>100,00</u>

(c) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	2016		2015	
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão contabilizada
A	1.493.335	49.522	1.542.857	7.714
B	27.407	50.097	77.504	1,00
C	37.732	41.479	79.211	3,00
D	42.194	40.642	82.836	10,00
E	30.033	40.494	70.527	30,00
F	20.359	40.920	61.279	50,00
G	39.865	39.756	79.621	70,00
H	81.416	221.897	303.313	100,00
	<u>1.772.341</u>	<u>524.807</u>	<u>2.297.148</u>	<u>429.994</u>
Complementar (*)	-	-	-	15.900
	-	-	-	<u>445.894</u>

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes dos riscos nas operações com clientes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	2º Semestre		Exercícios
	2016	2016	
Receitas da intermediação financeira	632.830	1.276.802	1.415.076
Operações de crédito (Nota 15)	616.053	1.243.438	1.394.126
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 4 e 5)	16.773	33.385	20.910
Resultado de operações cambiais	4	(21)	40
Despesas da intermediação financeira	(346.674)	(695.872)	(829.761)
Captações no mercado (Nota 11)	(27.847)	(53.252)	(42.019)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c))	(318.821)	(642.386)	(778.015)
Despesas de cessão de créditos	(6)	(234)	(9.727)
Resultado bruto da intermediação financeira	286.156	580.930	585.315
Outras receitas (despesas) operacionais	(195.070)	(357.123)	(292.802)
Receitas de prestação de serviços (Nota 16)	62.997	111.746	73.694
Resultado de participações em controlada / ligada (Nota 10 (a))	6	(2)	(30)
Despesas de pessoal	(68.632)	(90.861)	(46.056)
Despesas tributárias	(45.892)	(92.438)	(96.496)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(96.818)	(178.452)	(173.400)
Outras receitas operacionais (Nota 19)	33.799	66.362	57.215
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(80.530)	(173.478)	(107.729)
Resultado operacional	91.086	223.807	292.513
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	91.086	223.807	292.513
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(43.040)	(104.924)	(108.249)
Provisão para imposto de renda	(35.402)	(69.402)	(99.160)
Provisão para contribuição social	(29.761)	(56.842)	(67.388)
Ativo fiscal diferido	22.123	21.320	58.299
Participações de empregados no resultado	(275)	(275)	-
Lucro líquido do semestre / exercícios	47.771	118.608	184.264
Lucro líquido por ação – em R\$	0,16	0,40	0,62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios
	2016	2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	426.678	902.656	1.105.208
Resultado ajustado do período	426.678	902.656	1.105.208
Resultado antes da tributação do semestre / exercícios	91.086	223.807	292.513
Ajustes:	335.592	678.849	812.695
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	318.821	642.386	778.015
Depreciação e amortização	1.502	1.502	-
Provisão para contingências	16.300	32.112	29.910
Resultado de participações em controlada / ligada	(6)	2	30
Outras provisões / reversões	(1.025)	2.847	4.740
Variação de ativos e passivos	(382.013)	(860.570)</	

PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Por setor de atividade:

	2016	2015
Pessoa física	2.297.148	2.228.084

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi movimentada pelos seguintes eventos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Saldo inicial	466.712	540.116	338.606
Complemento	318.821	642.308	778.015
Baixas contra a provisão	(339.639)	(736.608)	(576.605)
Saldo final	445.894	445.894	540.116

A Financiadora efetuou uma baixa de operações de crédito contra prejuízo, após 180 dias da classificação no nível "H". No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão (Nota 15) no montante de R\$ 301.922 (2015 – R\$ 259.275).

9. Outros créditos

	2016		2015	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	34.970	-	37.957	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	84.350	-	85.534	-
Créditos tributários de impostos e contribuições	126.909	153.785	118.977	140.397
Incentivos fiscais, líquido de provisão	13	-	17	-
Títulos e créditos a receber (*) (Nota 7)	1.062.194	-	823.764	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(7.746)	-	(5.331)	-
Outros	32.578	6.049	33.148	5.638
	1.333.268	159.834	1.094.066	146.035

(*) Operações com cartão de crédito.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente inadmissíveis. No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	65.208	-	(829)	64.379
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	87.051	8.028	-	95.079
Outras	1.588	5.614	-	7.202
	153.847	13.642	(829)	166.660
Contribuição social	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	52.167	-	(664)	51.503
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	52.230	4.816	-	57.046
Outras	1.130	4.355	-	5.485
	105.527	9.171	(664)	114.034
2016	259.374	22.813	(1.493)	280.694
2015	201.075	121.716	(63.417)	259.374

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2016 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Expectativa de realização

	Realização		Total
	2017	2018 a 2021	
Créditos tributários de imposto de renda	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	64.379	-	64.379
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	5.825	95.079	100.904
Outras	70.204	96.456	166.660
Valor presente	59.434	41.948	101.382
Créditos tributários de contribuição social	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	51.503	-	51.503
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	4.659	57.046	61.705
Outras	56.162	57.872	114.034
Valor presente	47.546	25.168	72.714

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 18,12% ao ano, referida em sua intencionalidade à "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

10. Permanente

- (a) Participações em controlada e coligada - A Financiadora possui 0,256318% (2015 – 0,256318%) de participação no Hotel Jatujá S.A., no exercício de referência o saldo de passivo descoberto no valor de R\$ 25 (2015 – R\$ 6) e a equivalência patrimonial negativa no exercício totaliza R\$ 2 (2015 – R\$ 30).
- (b) Imobilizados Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R\$ 5.936.
- (c) Intangível - Representado por softwares em andamento no montante de R\$ 21.976 (2015 – R\$ 6.248).

11. Depósitos interfinanceiros

	2016	2015
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-
Vencimento entre 30 dias a 180 dias	172.953	-
Vencimento entre 181 dias a 360 dias	168.763	115.807
Vencimento acima de 361 dias	-	170.425
	341.716	286.232

O resultado com depósitos interfinanceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 52.604 (2015 – R\$ 41.539).

12. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2016		2015	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de renda	69.378	-	99.160	-
Contribuição social	56.842	-	67.388	-
Provisão para PIS e COFINS (Nota 22 (b))	-	380.316	-	348.204
Provisão FINSOCIAL	-	-	-	1.039
Outras	6.846	-	5.366	-
	133.066	380.316	171.914	349.243

13. Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 21)	532.511	448.432
Créditos por cessão de crédito (Nota 23)	-	10.912
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	610.835	527.890
Outras	56.938	23.447
	1.200.284	1.010.681

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (2015 – 298.000.000) ações ordinárias no valor de um real cada. Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

- (a) A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada, em 30 de abril de 2015, aprovou a distribuição do lucro líquido do exercício de 2014, da seguinte forma:
- Distribuição de dividendos: R\$ 195.000 (dos quais R\$ 57.316, referem-se a dividendos obrigatórios e R\$ 137.684 de dividendos adicionais, sendo que R\$ 42.684 foram pagos durante 2014 e R\$ 95.000 pagos durante 2015);
 - Distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 100.000, deduzidos das Reservas Estatutárias;
 - Constituição de Reserva Legal: R\$ 9.477;
 - Manutenção da parcela para Reserva Estatutária: R\$ 34.265.
- (b) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2015, aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 60.000, deduzidos da Reserva Estatutária.
- (c) A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2016, aprovou a distribuição do lucro líquido do exercício de 2015, da seguinte forma:
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000 (dos quais R\$ 46.066 referem-se a dividendos obrigatórios e R\$ 53.934 de dividendos adicionais);
 - Manutenção da parcela para reserva estatutária: R\$ 84.264 (2015 – R\$ 34.265).
- Em 31 de dezembro de 2016, foram provisionados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	118.608	184.264
Dividendos – 25% da base	29.652	46.066

A reserva de lucros – estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais a Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos. A reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

15. Receitas de operações de crédito

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Crédito pessoal	299.038	619.987	878.603
Crédito direto ao consumidor	163.957	321.529	256.248
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8)	153.058	301.922	259.275
	616.053	1.243.438	1.394.126

16. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Rendas de serviços prioritários – PF	11.722	12.985	32.878
Cartão de crédito diferenciado	42.012	88.101	36.531
Receita de outros serviços	9.263	10.660	4.285
	62.997	111.746	73.694

17. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Comunicação	22.851	46.083	40.674
Processamento de dados	12.852	22.257	41.057
Propaganda e publicidade	3.691	7.785	12.210
Serviços técnicos	2.082	3.539	2.099
Serviços do sistema financeiro	23.101	48.162	38.861
Serviços de terceiros	6.558	11.201	11.832
Contribuições filantrópicas	726	726	1.849
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	20.183	32.539	23.839
Depreciação e amortização	1.502	1.502	-
Outras	3.272	4.658	979
	96.818	178.452	173.400

18. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Descontos concedidos	44.004	98.222	49.506
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	1.377	6.914	10.087
Juros outros	1	25	3.154
Multas outras	-	-	5.163
Outras provisões – diversas	-	-	1.776
Despesas com patrocínio cultural / esportivo	1.450	1.450	2.662
Despesas com intermediação (cartão de crédito)	14.193	28.950	23.056
Correspondente bancário	990	990	-
Outras	18.515	36.927	12.325
	80.530	173.478	107.729

19. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	25.802	49.824	52.059
Receitas com programas de incentivo de vendas	2.038	5.146	3.611
Outras	5.959	11.392	1.545
	33.799	66.362	57.215

20. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2016	2015	Contribuição social 2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	223.532	292.513	223.532	292.513
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 25% e 15% (Nota 3 (h)) - %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(55.883)	(73.129)	(33.530)	(43.877)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
(Adições) exclusões permanentes	(2.883)	(2.392)	(1.886)	(1.410)
Benefícios fiscais (patrocínios culturais e outros)	2.176	4.511	-	-
Adicional IR	24	24	-	-
Efeito decorrente da majoração da alíquota da CSLL (*)	-	-	(12.918)	8.024
Outros	(24)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(56.590)	(70.986)	(48.334)	(37.263)

(*) No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, para as instituições financeiras e equiparadas, a alíquota da contribuição social foi alterada de 15% para 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015.

21. Partes relacionadas

(a) **Transações e saldos** - Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)	-	-	-	-
Valores a receber (i)	34.970	37.957	-	-
Contas a pagar (ii)	(518.101)	(439.147)	-	-
Contas a pagar (iii)	-	(9.285)	(61.323)	(78.787)
Contas a pagar (iv)	(14.501)	-	(41.048)	-
Dividendos a pagar (Nota 14)	(29.652)	(46.066)	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.

(ii) Referem-se, aos valores a repassar a Controladora, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora, com o objetivo de aperfeiçoar recursos e racionalizar sua estrutura implantou, no período entre janeiro de 2010 a setembro de 2016, uma estrutura de rateio de custos entre as sociedades integrantes do mesmo grupo econômico. As despesas referem-se, ao contrato de compartilhamento de despesas administrativas de R\$ 24.267 (2015 – R\$ 23.839), operações de R\$ 6.215 (2015 – R\$ 10.087) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 30.841 (2015 – R\$ 44.861).

(iv) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (private label), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. O resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 7.721, reembolsos de despesas administrativas de R\$ 894, operacionais de R\$ 2.635 e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 29.798.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros estatutários e o ouvidor. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 8.625 (salários e encargos) (2015 – R\$ 12.352), no consolidado da Controladora – Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas. A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de beneficiário definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de provisões e contingências ativas e passivas, levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Não há ativos contingentes registrados nos livros.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - É decorrente de mandato de segurança impetrado com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requeir-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das Impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora está efetuando o recolhimento das contribuições de PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2016, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 380.316 (2015 – R\$ 348.204). As provisões são demonstradas como segue:

	PIS	COFINS	2016 Total
Saldo inicial	48.674	299.530	348.204
Atualizações	4.488	27.624	32.112
Saldo final	53.162	327.154	380.316

	PIS	COFINS	2015 Total
Saldo inicial	44.493	273.801	318.294
Atualizações	4.181	75.729	